

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 15 de julho de 2014.

Edição nº 1467

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos normativos.....	2
Boletins.....	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	3
Súmulas de contratos.....	4
Avisos de licitações.....	5
Concursos Públicos.....	6

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	6
Súmulas de convênios.....	8



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N.º 47/2014

Dispõe sobre o Provimento nº 12/2000.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO decisão do Órgão Especial do Colégio de Procuradores, em sessão ordinária de 16 de junho de 2014, nos autos do PR.00983.02942/2013-3;

CONSIDERANDO o advento da Resolução nº 986/2013 – COMAG, que dispõe sobre a instalação da 2ª Vara de Execuções Criminais da comarca de Porto Alegre;

CONSIDERANDO a necessidade de redistribuir os serviços e atribuições da Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º As “Atribuições referentes aos feitos que tramitam nas Varas”, do Anexo I, - Entrância Final - Promotoria de Justiça de Execução Criminal da Comarca de Porto Alegre, dos cargos de Promotor de Justiça, do Provimento nº 12/2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Porto Alegre:**

Promotoria de Justiça de Execução Criminal:

“ ...

“2º Promotor de Justiça: 1ª Vara de Execuções Criminais (1º e 2º Juizados) e 2ª Vara de Execuções Criminais (1º e 2º Juizados) – processos com numeração final 00, 02, 04, 10, 20, 30 e 40;

“ ...

“7º Promotor de Justiça: 1ª Vara de Execuções Criminais (1º e 2º Juizados) e 2ª Vara de Execuções Criminais (1º e 2º Juizados) – processos com numeração final 06, 08, 50, 60, 70, 80 e 90;

“8º Promotor de Justiça: 1ª Vara de Execuções Criminais (1º e 2º Juizados) e 2ª Vara de Execuções Criminais (1º e 2º Juizados) – processos com numeração final 1, 3, 05, 15, 25, 35 e 45;

“9º Promotor de Justiça: 1ª Vara de Execuções Criminais (1º e 2º Juizados) e 2ª Vara de Execuções Criminais (1º e 2º Juizados) – processos com numeração final 7, 9, 55, 65, 75, 85 e 95.”

Art. 2º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de julho de 2014.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

PROVIMENTO N.º 48/2014

Dispõe sobre o Provimento nº 12/2000.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO decisão do Órgão Especial do Colégio de Procuradores, em sessão ordinária de 16 de junho de 2014, nos autos do PR.00839.00016/2014-2;

CONSIDERANDO a necessidade de redistribuir os serviços e atribuições Promotoria de Justiça Regional do Alto Petrópolis de Porto Alegre,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º As “Atribuições referentes aos feitos que tramitam nas Varas”, do Anexo I, - Entrância Final – Promotoria de Justiça Regional do Alto Petrópolis de Porto Alegre, dos cargos de Promotor de Justiça, do Provimento nº 12/2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Porto Alegre:**

“Promotoria de Justiça Regional do Alto Petrópolis:

“ ...

“2º Promotor de Justiça: JECRIM e Expedientes Investigatórios com numeração final 1 e 2;

“ ...”

Art. 2º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de julho de 2014.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

BOLETIM N.º 312/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

RETIFICAR

- a Portaria nº 1572/2014, para constar que a redistribuição, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, é da Promotoria de Justiça de Campo Bom, e não como constou (Port. 2470/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de julho de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 377/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a



Sra. Mirella Nicolaou, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Veranópolis indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca da informação de possíveis problemas na lista de nomeações de concurso público para o cargo de odontólogo do Município de Veranópolis. A respeito foi instaurado o expediente AT. nº 00929.00189/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 378/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Fernando Bortoli, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Veranópolis indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca da informação de possíveis problemas com os canos instalados na localidade de Lajeadozinho. A respeito foi instaurado o expediente AT. nº 00929.00510/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 379/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Álvaro Pinheiro Machado, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí promoveu o arquivamento do IC nº 00783.00103/2013, instaurado com o objetivo de investigar a regularidade da destinação do esgoto doméstico por residência localizada na Rua Ary Tubbs, nº 849, em razão da não ligação à rede coletora existente.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 380/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Sérgio Colasiol, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Viamão promoveu o arquivamento do IC nº 00930.00090/2012, instaurado com o objetivo de investigar a legalidade da cobrança do fornecimento de água potável aos moradores da Fase I do Condomínio Cantegril Clube, bem

como o eventual descumprimento dos artigos 2º e 3º do Capítulo I do Anexo ao Decreto nº 5440/05 c/c o artigo 39, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 381/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de denúncia anônima noticiando a negativa do Município de Ipiranga do Sul de realizar estágios. A respeito foi instaurado o expediente RD. nº 00780.00315/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 313/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

CONCEDER

- a contar de 05 de julho de 2014, licença para concorrer a mandato público eletivo, nos termos dos artigos 128, inciso X e 154 da Lei nº 10.098/94, pelo período de três (03) meses, sem prejuízo da situação funcional e remuneratória, exceto promoção por merecimento, ao servidor MÁRCIO MIGUEL MÜLLER, Assistente de Promotoria de Justiça, ID nº 3431711, devendo o referido servidor comprovar o registro de sua candidatura junto ao Cartório Eleitoral (PR.00958.04205/2014-2 - Port. 2628/2014).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria nº 2059/2014, que nomeou DIANA RODRIGUES DA COSTA, para exercer o cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe “R”, deste órgão (Port. 2646/2014).

- a Portaria nº 2526/2014, que nomeou MATEUS ENGRÖFF, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe “M”, deste órgão (Port. 2648/2014).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório,



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de julho de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1467

PATRICIA GOMES MACHADO PILLA, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o centésimo décimo segundo (112º) lugar na Lista de Classificação Geral Estadual, em face do esgotamento da Lista de Classificação da Região das Missões (Port. 2647/2014).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, PEDRO BALBUENO FRAGA, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o quadragésimo (40º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 2649/2014).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 09/07/2014, no cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, VIVIANA GONÇALVES MUXFELDT, tendo entrado em exercício em 14/07/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de julho de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PROCESSO N.º 1490-09.00/14-8 TOMADA DE PREÇOS N.º 04/14

CONTRATADA: CSM CONSTRUTORA SILVEIRA MARTINS LTDA.; **OBJETO:** reforma e manutenção do prédio da Sede Institucional do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, situado na Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, n.º 80, e do 6º andar do Edifício Sede do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS, localizado na Av. Borges de Medeiros, n.º 1945, ambos em Porto Alegre/RS; **VALOR TOTAL:** R\$ 494.867,50; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Estadual n.º 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de julho de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO N.º 001664-09.00/14-0

CONTRATADA: VANDUIR ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA - ME; **OBJETO:** Serviços de vigilância e monitoramento de alarme 24 (vinte e quatro) horas para o prédio sede da promotoria de Justiça de Nonoai/RS. **VALOR:** mensal de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39/3989; **FUNDAMENTO**

LEGAL: Artigo 24, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de julho de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO. 29616

CONTRATADA: SANTA ROSA ENGENHARIA DE ESTRUTURAS LTDA.; **OBJETO:** contratação, da empresa que executou o projeto estrutural de Nova Prata/RS, para reforma, com acréscimo de área, do prédio sede deste Ministério Público; **VALOR TOTAL:** R\$ 3.000,00 (três mil reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa/Rubrica 4.4.90.51/5102; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 11 de julho de 2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de julho de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.28957

CONTRATADA: SNAP INFORMÁTICA LTDA.; **OBJETO:** Renovação de 02 (duas) assinaturas anuais do software Data-Venia; **VALOR TOTAL:** R\$ 4.910,00 (quatro mil novecentos e dez reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3924; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 11 de julho de 2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de julho de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.29572

CONTRATADA: IBM BRASIL – Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.; **OBJETO:** Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para Library de Backup IBM TS 3500 contendo 12 (doze) drives LTO4; **VALOR MENSAL:** R\$



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de julho de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1467

9.374,21 (nove mil, trezentos e setenta e quatro reais e vinte e um centavos); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3924; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 14 de julho de 2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO.29357**

CONTRATADA: CIPAL CONSTRUTORA E INSTALADORA PORTOALEGRENSE LTDA.; **OBJETO:** adaptação de projetos complementares realizados pela empresa, em 2007, para o prédio deste Ministério Público a ser ampliado, localizado nesta Capital, na Rua Santana, n.º 440, incluindo a sua aprovação nos órgãos fiscalizadores pertinentes; **VALOR TOTAL:** R\$ 55.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa/Rubrica 4.4.90.51/5102; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, caput, da Lei Federal n.º 8.666/1993; **RATIFICAÇÃO** em 14/07/2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATO DE OBRA E SERVIÇOS DE
ENGENHARIA
PROCESSO N.º 1342-09.00/14-6
CONVITE N.º 08/14**

CONTRATADA: ALFA SUL ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** reforma e manutenção do prédio da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento/RS, situada na Rua Senador Salgado Filho, n.º 1.195, incluindo a prestação de serviços e o fornecimento de materiais; **VALOR TOTAL:** R\$ 21.101,47; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Estadual n.º 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**APOSTILA
PROCESSO N.º 1504-09.00/12-4**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar, com fulcro no § 8º do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, o Contrato de Prestação de Serviços e Venda de Produtos – ECT/DR/RS n.º 9912294939/2012, celebrado com Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, que tem como objeto a prestação de serviços e vendas de produtos, para fazer constar que o serviço de Sedex Contrato teve seu preço reajustado no percentual médio de 6,81%, a contar de 1º de junho de 2014, os serviços de Sedex 10, Sedex 12 e Sedex Hoje tiveram seus preços reajustados no percentual médio de 7,30%, a contar de 20 de maio de 2014, o serviço de PAC Contrato teve seu preço reajustado no percentual médio de 10,95%, a contar de 1º de junho de 2014, os serviços de Disque Coleta e Coleta Logística Reversa tiveram seus preços reajustados no percentual médio 7,30%, a contar de 1º de junho de 2014, o serviço de Carta Comercial teve seu preço reajustado no percentual médio de 8,33%, a contar de 12 de junho de 2014, os serviços Adicionais (Registro/AR) tiveram seus preços reajustados no percentual médio de 7,15%, a contar de 12 de junho de 2014, e o serviço de Telegrama teve seu preço reajustado no percentual médio de 7,83%, a contar de 12 de junho de 2014, ao amparo da cláusula quinta do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 14 de julho de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de abertura de Pregão Eletrônico

Pregão Eletrônico n.º 39/2014 (Processo nº 1802-09.00/14-0)
Tipo: Menor Preço Global. **Objeto:** Contratação de serviços de certificação de identidade de candidatos que realizarem provas em concursos públicos deste Ministério Público, com previsão de homologação em até 3 (três) anos (no caso de concursos com validade de até 01 (um) ano, prorrogável por igual período) e em até 01 (um) ano (no caso de concursos com validade de até 02 (dois) anos, prorrogável por igual período), conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.. **Data e horário de abertura das propostas:** 28/07/2014, às 10h. **Data e horário de início da disputa de preços:** 28/07/2014, às 11 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. Editais disponíveis na página: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, cplc@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 14 de julho de 2014.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de julho de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1467

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO
DE ASSESSOR, CLASSE "R", ÁREA LETRAS DO
QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO DA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA –
SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

EDITAL Nº 317/2014

ALTERAÇÃO DA COMISSÃO DO CONCURSO

TORNO PÚBLICO a alteração da composição da Comissão de Concurso para o cargo de **ASSESSOR, CLASSE "R", ÁREA LETRAS**, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para incluir a servidora ISABEL CRISTINA NICOLÁS AUDY, na qualidade de executora, em substituição ao servidor RICARDO LOPES CALDAS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de julho de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,
Gerente da Comissão do Concurso.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE
GEÓLOGO DO QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO
EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SER-
VIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTA-
DO DO RIO GRANDE DO SUL**

EDITAL Nº 318/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, tendo em vista o concurso para o cargo de Geólogo, Classe "R", Edital nº 162/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 14 de abril de 2014, **RESOLVE**:

I. CONVOCAR os candidatos inscritos no concurso para o cargo de Geólogo para a **realização da prova**, nas seguintes condições:

- DATA: 03 de agosto de 2014;**
- HORÁRIO: início às 09 horas e término às 13 horas;**
- O candidato deverá **comparecer ao local de prova com 30 (trinta) minutos de antecedência**, munido de documento de identidade expedido por órgão oficial,

- com foto, caneta esferográfica de tinta preta ou azul e comprovante de recolhimento do valor da inscrição;
- TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA:** 04h (quatro horas);
 - LOCAL: Auditório Mondercil Paulo de Moraes, localizado na Sede do Ministério Público na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80 – 3º andar, bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS;**
 - Durante a realização das Provas não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquina calculadora, aparelhos eletrônicos ou de comunicação, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações;
 - Ao término da prova, os dois últimos candidatos que se encontrarem na sala deverão acompanhar os fiscais de prova até a sala da coordenação para firmar o termo de entrega das provas.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2014.

IVORY COELHO NETO,
Presidente da Comissão de Concurso.

**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
XLVII CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

EDITAL Nº 319/2014

TORNO PÚBLICO a designação da Promotora de Justiça Dra. ISABEL BIDIGARAY como Secretária da Comissão do XLVII CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, realizada pela Portaria n.º 2452/2014, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público de 02 de julho de 2014.

TORNO PÚBLICO, ainda, a abertura de prazo de 5 (cinco) dias para pedido de reconsideração do presente edital.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de julho de 2014.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça,
Presidente da Comissão do Concurso.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N.º 28/2014

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de julho de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1467

DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

IC 00710.00010/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Agudo, em 06/06/2014, por Daniela Sudbrack Gaspar Raiser com a finalidade de apurar irregularidades no uso de transporte municipal de pacientes por terceiros em detrimento de pacientes e acompanhantes.

Investigado: Município de Agudo.

Local: Prefeitura Municipal de Agudo, situada na Av. Tiradentes, 1625, Centro, Agudo/RS.

Local do fato: Agudo.

IC 00743.00005/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Carazinho, em 06/06/2014, por Eduardo Buaes Raymond com a finalidade de investigar possíveis atos de improbidade administrativa concernentes ao corte de árvores no Parque Municipal João Alberto Xavier da Cruz em Carazinho.

Investigados: Município de Carazinho, Claudir Cardozo, Marcos Roberto Amorim Soares, Paulo Roberto Barboza e Madeireira Herter Ltda.

Local do fato: Carazinho.

IC 00829.00058/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, em 05/06/2014, por Martha Weiss Jung com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no concurso público para cargo de técnico tributário da Receita Estadual do Rio Grande do Sul, organizado pela FUNDATEC, tendo em vista que um dos participantes da banca examinadora é professor de um curso preparatório para concursos em Porto Alegre - IDC.

Local do fato: Porto Alegre.

PI 00864.00038/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, em 06/06/2014, por Maurício Trevisan com a finalidade de investigar irregularidades no funcionamento do Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria: possível comercialização de lotes sem repasse do dinheiro ao erário; estipulação de preços acima do valor venal; negociação de lotes com empreiteiro para construção de jazigos e venda por valores exorbitantes; permissão de construções em locais destinados ao tráfego de pessoas; uso de materiais do município para construção de túmulo em favor de um Secretário Municipal.

Investigado: Integrantes da Administração do Cemitério e Secretário Municipal beneficiado com construção de túmulo com material do município a serem identificados.

Local: Município de Santa Maria.

PI 00865.00057/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, em 06/06/2014, por Daniele da Silva Pires com a finalidade de investigar a ocorrência de improbidade administrativa, consubstanciada na denúncia de não cumprimento de regime de 40 horas no PA da COHAB Tancredo Neves, pela Servidora Pública Municipal, Soraia da Silva Fagundes.

Investigado(s): Soraia da Silva Fagundes, Município de Santa Maria.

Local do fato: Santa Maria.

IC 00879.00002/2014 instaurado na Promotoria de Justiça

Cível de São Borja, em 30/05/2014, por Alessandro Salazar Rossatto com a finalidade de apurar a notícia de precariedade das condições de atendimento à população, pela Prefeitura de São Borja, na farmácia básica, na central de vacinas, no SAMU básico e avançado, no necrotério, no CAPS AD, no CAPS AD II, no CAPS I, no PIM - Programa Primeira Infância Melhor, na farmácia popular, na vigilância sanitária e no NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família e no Centro Materno Infantil.

Investigado(s): Município de São Borja.

Local do fato: São Borja.

IC 00882.00003/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, em 28/05/2014, por Bruno Pereira Pereira com a finalidade de apurar irregularidades ambientais no Município de São Francisco de Paula em decorrência da contratação de empresa para serviço de assessoramento técnico ambiental.

Investigado(s): Gaia Sul Ambiental Projetos, Engenharia e Consultoria, Município de São Francisco de Paula.

Local do fato: São Francisco de Paula.

IC 00879.00004/2012 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de São Borja, em 28/05/2014, por Mateus Stoquetti de Abreu com a finalidade de apurar o desvio, por parte da empresa Lahtu Sensu Assessoria de Projetos Culturais Ltda., de verba recebida nos termos da Lei de Incentivo à Cultura - LIC para executar o projeto Memorial Casa João Goulart.

Investigado(s): Lahtu Sensu Assessoria de Projetos Culturais LTDA.

Local do fato: São Borja.

IC 00879.00005/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de São Borja, em 04/06/2014, por Alessandro Salazar Rossatto com a finalidade de.

Investigado(s): Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

Local do fato: São Borja.

IC 00895.00001/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de São Luiz Gonzaga, em 11/04/2014, por Belmiro Pedro Marx Welter com a finalidade de verificar relato de fatos que podem ser improbidade administrativa. Segundo a comparecente, em processo seletivo realizado pela Prefeitura de Rolador, pode ter havido a prática de atos, pela administração, atentatórios contra a lisura da classificação.

Local do fato: São Luiz Gonzaga.

IC 00895.00002/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de São Luiz Gonzaga, em 14/04/2014, por Belmiro Pedro Marx Welter com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa.

IC 00895.00003/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de São Luiz Gonzaga, em 09/05/2014, por Belmiro Pedro Marx Welter com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa.

PI 00917.00029/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Três Passos, em 06/06/2014, por Sílvia Inês Miron Jappe com a finalidade de apuração das irregularidades apontadas no âmbito do Instituto de Previdência Municipal, da Secretaria do Meio Ambiente e da Procuradoria, bem como no que diz respeito à elaboração de leis municipais e à prestação de horas extras pelos servidores municipais de Três Passos.



Diário eletrônico do _____
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de julho de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1467

Investigado(s): Município de Três Passos.

Local do fato: Três Passos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2014.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

**Súmula do Primeiro Aditivo ao Termo de Cooperação n.º
15/2012**

PR.00033.00875/2009-5

Signatários: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Objeto: Prorrogação da vigência do ajuste original, que visa ao acesso a dados informatizados. **Prazo de vigência:** 60 meses, a contar de 29-06-2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 14 de julho de 2014.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Súmula do Termo de Cooperação

PR.00001.00847/2014-2

Signatários: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e Associação de Proteção e Assistência aos condenados de Canoas/RS. **Objeto:** Auxiliar a APAC de Canoas na sua estrutura operacional, fase incipiente, mediante a cedência pelo MP/RS de uma sala situada no Palácio do Ministério Público, para funcionamento de um escritório provisório. **Prazo de vigência:** até 23-06-2015.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 14 de julho de 2014.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.